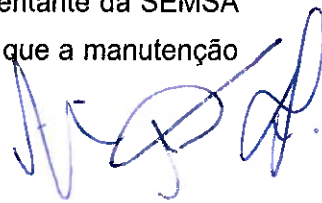
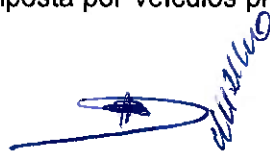
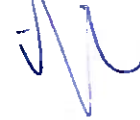
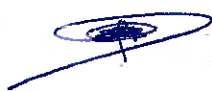
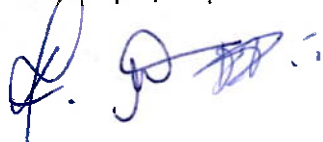


1 ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ/ES.

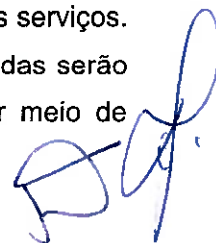
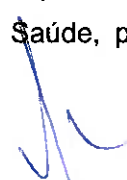
2 Aos 29 dias do mês de outubro de 2025, às 16h15, nas dependências da Secretaria Municipal de
3 Saúde de Aracruz, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Aracruz,
4 conforme convocação prévia. A sessão foi presidida pelo Senhor Fábio Barcelos Pimentel.
5 Participaram como convidados os(as) Senhores(as) Sueli dos Reis Abrantes, Marcos Antônio,
6 Solimar Batista de Souza, Sérgio Marsalia, representantes da Associação de Moradores da Praia do
7 Sauê, e a Senhora Adriana Ponche Buzetti Ragozzino. Após a verificação do quórum regimental, o
8 Presidente declarou aberta a reunião, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Em
9 seguida foi lido o ponto de pauta constante da convocação de nº 16: Apreciação da Ata da Reunião
10 Extraordinária do dia 23 de setembro de 2025 e Ordinária do dia 30 de setembro de 2025;
11 Informações referentes à manutenção da frota de veículos, própria e Terceirizada, da Secretaria
12 Municipal de Saúde (SEMSA), diante de relatos sobre recorrentes quebras e problemas mecânicos
13 nos veículos disponíveis para uso da Secretaria; Informações sobre a implementação do Projeto de
14 Pesquisa de Satisfação nas Unidades de Saúde, processo eletrônico 20574/2025. Dando início à
15 ordem do dia, o Presidente colocou em discussão, juntamente com os conselheiros presentes, a
16 necessidade de estabelecer um limite de tempo para as falas dos convidados, a fim de aprimorar a
17 organização das discussões. A conselheira Cíntia manifestou-se sugerindo que cada requerimento
18 ou manifestação tivesse duração de até dez minutos, podendo esse tempo ser ajustado conforme a
19 necessidade. Ressaltou, ainda, a importância de manter as falas restritas aos assuntos constantes
20 da pauta, evitando-se discussões paralelas. Em seguida, a proposta apresentada pela conselheira
21 Cíntia, referente ao tempo de fala e à condução das discussões, foi colocada em votação, sendo
22 aprovada por unanimidade. Primeiro ponto de pauta: o Presidente, apresentou para apreciação
23 dos conselheiros as Atas da Reunião Extraordinária realizada em 23 de setembro de 2025 e da
24 Reunião Ordinária realizada em 30 de setembro de 2025, ambas previamente encaminhadas aos
25 membros do colegiado para análise, sendo facultada a palavra aos conselheiros para eventuais
26 correções, observações ou manifestações. Não havendo manifestações contrárias nem propostas de
27 retificação, o Presidente submeteu as Atas à aprovação do plenário, sendo ambas aprovadas por
28 unanimidade dos presentes. A conselheira Mariana manifestou-se a respeito de conversas mantidas
29 com outros conselheiros, nas quais foi sugerida a edição da ata durante o decorrer das reuniões.
30 Contudo, destacou que o referido assunto poderá ser discutido em momento oportuno. Conselheira
31 Cintia esclarece aos presentes que as atas não são lidas integralmente durante a reunião, pois o
32 texto é disponibilizado antecipadamente para leitura e análise dos conselheiros. Na sequência,
33 iniciou-se o segundo ponto de pauta: Informações referentes à manutenção da frota de veículos,
34 própria e terceirizada, da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), diante de relatos sobre
35 recorrentes quebras e problemas mecânicos nos veículos disponíveis para uso da Secretaria. O
36 Presidente apresentou o contexto do tema, destacando a existência de relatos sobre constantes
37 quebras e problemas mecânicos nos veículos utilizados pela Secretaria. O representante da SEMSA
38 Sr Gelson explicou que a frota é composta por veículos próprios e terceirizados, e que a manutenção



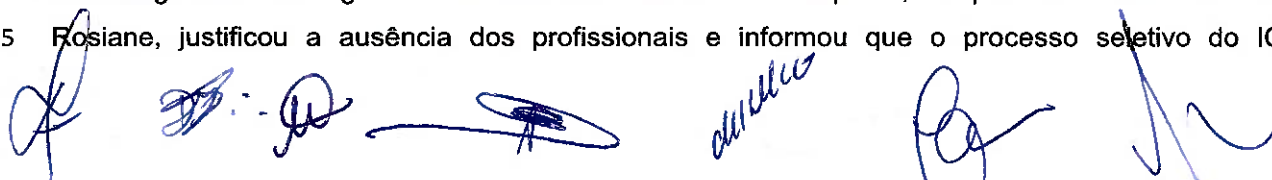
39 é realizada mediante contratos e cotações eletrônicas, conforme determina a legislação de compras
40 públicas. Informou, ainda, que os valores mensais investidos em manutenção preventiva variam entre
41 R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e que parte dos veículos
42 encontra-se em manutenção programada. Durante a discussão, a conselheira Cíntia destacou que os
43 problemas relacionados aos veículos da Secretaria têm afetado diretamente o andamento das ações
44 do Centro de Controle de Zoonoses, especialmente as atividades de vacinação antirrábica. Explicou
45 que, em diversas ocasiões, foi necessário dividir equipes que poderiam estar atuando
46 simultaneamente em diferentes locais, mas que ficaram impossibilitadas devido à falta de veículos em
47 condições de uso, já que muitos se encontravam quebrados ou em manutenção. Relatou também
48 que essa situação repercutiu em atrasos no cumprimento de metas, como o número de notificações e
49 visitas domiciliares realizadas. A conselheira lembrou que, inclusive, na prestação de contas do
50 quadrimestre anterior, foi registrado que algumas ações deixaram de ser executadas por
51 indisponibilidade de veículos, fato que foi reconhecido e aprovado pelo próprio Conselho. Cíntia
52 observou que compreende as limitações administrativas e o grande volume de demandas da
53 Secretaria de Saúde, mas reforçou que o trabalho de campo depende essencialmente de transporte,
54 e que a situação atual tem comprometido o desempenho das equipes e o alcance das metas
55 sanitárias. Em seguida, outros conselheiros se manifestaram, relatando dificuldades semelhantes em
56 diferentes setores. O representante da SEMSA, Sr. Gelson, esclareceu que o profissional poderá
57 solicitar o veículo com, no mínimo 24 horas de antecedência, garantindo assim o atendimento da
58 solicitação. Na sequência, informou que parte das dificuldades enfrentadas pela Vigilância em Saúde
59 decorre das condições precárias de alguns veículos, especialmente os de uso mais antigo. Ressaltou
60 que um dos automóveis do setor, utilizado em atividades externas, apresentou sérios problemas
61 mecânicos e permaneceu por um longo período em manutenção, em razão da necessidade de
62 substituição de peças e realização de revisões completas. O conselheiro Vicente manifestou
63 preocupação, observando que os carros "resolvem um problema e logo em seguida apresentam
64 outro", o que evidencia falhas na execução da manutenção preventiva. Ressaltou que, na prática, o
65 que se tem visto é a predominância de manutenção corretiva, feita apenas quando o veículo já
66 apresenta defeitos graves, e não a preventiva que deveria evitar tais ocorrências. O conselheiro
67 ressaltou que o veículo destinado ao atendimento de animais doentes não deve ser o mesmo
68 utilizado para o transporte sanitário, em razão do risco de contágio. Destacou, ainda, a importância de
69 se dispor de veículos adequados ao tipo de serviço executado, especialmente nas ações envolvendo
70 animais. Recordou que, anteriormente, havia um veículo adaptado para esse fim, com compartimento
71 isolado, porém o mesmo não está mais em uso. Atualmente, as equipes precisam compartilhar o
72 mesmo veículo com o setor de combate à dengue, o que compromete tanto a segurança sanitária
73 quanto a eficiência das atividades. Relatou que o setor de Zoonoses contava com quatro veículos até
74 o ano anterior, mas atualmente dispõe apenas de dois carros, pois os demais foram substituídos por
75 motocicletas, o que limita o transporte de materiais, equipamentos e animais. Ressaltou que o
76 território de Aracruz é extenso, com longas distâncias até regiões como Santa Cruz e o Norte do
77 município, e que as equipes frequentemente gastam um turno inteiro apenas com deslocamento, o



78 que reduz o tempo disponível para as ações em campo. A conselheira Cíntia reforçou, conforme
79 discutido anteriormente, a necessidade de aprimorar a fiscalização referente à manutenção
80 preventiva e corretiva dos veículos. Sugeriu que sejam apresentados documentos comprobatórios
81 das manutenções realizadas, acompanhados de relatórios técnicos emitidos pelas oficinas
82 contratadas, contendo informações sobre a data, o tipo de serviço executado, a quilometragem e as
83 peças substituídas. Ressaltou, ainda, a importância de que esses dados sejam encaminhados ao
84 Conselho Municipal de Saúde, possibilitando o acompanhamento e garantindo a transparência
85 quanto aos gastos e às condições da frota. Conselheira Gilda acrescentou ainda que, no processo de
86 renovação contratual, que está em fase de reavaliação, é oportuno incorporar cláusulas de melhoria,
87 prevendo, entre outros pontos, a substituição temporária de veículos quando um for encaminhado
88 para manutenção. Conselheira Cintia, reforço o pedido para que a Secretaria apresente ao Conselho
89 Municipal de Saúde a documentação comprobatória das revisões preventivas realizadas nos
90 veículos. A conselheira Gilda ressaltou que, ao adquirir veículos, o poder público deve considerar não
91 apenas o custo de compra, mas também os encargos e a viabilidade de sua manutenção. Destacou
92 que, nos casos de terceirização, é fundamental que os contratos contenham cláusulas bem definidas,
93 prevendo itens obrigatórios de manutenção preventiva e a disponibilização de veículos substitutos
94 durante os períodos de conserto. Enfatizou, ainda, que, na elaboração ou renovação de novos
95 contratos, deve ser prevista a existência de um percentual de reserva técnica ou seja, veículos
96 prontos para substituição sempre que algum estiver em manutenção, garantindo assim tempo hábil
97 para os reparos e a continuidade dos serviços prestados à população, sem prejuízos. Após os
98 debates, o Presidente sugeriu a elaboração de uma resolução recomendando a adoção do modelo de
99 locação (terceirização de frota), por considerar que este tende a ser mais eficiente do que a
100 manutenção de veículos próprios. Destacou que a locação possibilita a exigência de padrões de
101 qualidade, limpeza, revisões periódicas e substituição imediata em caso de falhas, aspectos de difícil
102 garantia quando se trata de frota própria. Na sequência, Conselheiro Vitor retomaram a fala sobre as
103 dificuldades práticas enfrentadas por algumas áreas, como o Centro de Atenção Psicossocial
104 (CAPS), que enfrenta alta demanda e escassez de veículos para atender pacientes em domicílio.
105 Conselheira Mariana sugeriu que fossem inseridas recomendações no processo eletrônico nº
106 20574/2025, propondo a adoção de medidas que priorizem a contratação de veículos por meio de
107 terceirização, com o objetivo de garantir maior qualidade, eficiência e continuidade nos serviços de
108 transporte sanitário, assegurando um atendimento adequado à população. A proposta fundamenta-se
109 nas dificuldades relatadas quanto ao acesso dos profissionais da Secretaria para a execução de suas
110 atividades diárias, bem como no transporte de pacientes para consultas e exames de média e alta
111 complexidade, além das limitações enfrentadas na manutenção preventiva da frota própria.
112 Recomendou, ainda, a disponibilização de um veículo exclusivo para o atendimento das demandas
113 do CAPS II e do CPAS I, em razão do aumento expressivo dos atendimentos domiciliares realizados
114 por essas unidades, o que exige uma logística adequada e a continuidade na prestação dos serviços.
115 O Presidente complementou dizendo que todas as manifestações e sugestões apresentadas serão
116 registradas em ata e encaminhadas oficialmente à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de



117 ofício. Com isso, o Presidente deu por encerrado o ponto de pauta sobre manutenção da frota de
118 veículos e anunciou o início o **terceiro item da reunião** que trata das informações sobre a
119 implementação do Projeto de Pesquisa de Satisfação nas Unidades de Saúde. Foi esclarecido que
120 este ponto já havia sido discutido em reuniões anteriores, quando foi proposta a elaboração de um
121 formulário de satisfação, no qual o paciente pode responder pelo celular, acessando-o por meio de
122 um QR Code. A iniciativa foi proposta com o objetivo de avaliar a percepção dos usuários quanto ao
123 atendimento nas unidades de saúde, por meio do preenchimento de um formulário no qual o usuário
124 indica se ficou satisfeito ou não com o serviço e pode sugerir possíveis melhorias. O projeto tem
125 como finalidade aproximar o usuário da gestão e avaliar a qualidade dos serviços prestados. A
126 representante da SEMSA Sr^a Rosiane Scarpatti, informou que o formulário foi disponibilizado por
127 meio de cartazes com QR Codes específicos para cada unidade de saúde municipal, os quais foram
128 fixados nos estabelecimentos. Além disso, o projeto foi divulgado no site da Prefeitura de Aracruz e
129 no perfil oficial do Instagram. No entanto, a adesão foi baixa, conforme demonstram os números de
130 respostas: UBS Jequitibá – 10 participantes; UBS Bela Vista – 13; UBS Santa Cruz – 17; UBS
131 Morobá – 36; e UBS Guaraná – 3 participantes. A Conselheira Gilda sugeriu a adoção de estratégias
132 de divulgação mais eficazes, destacando que o Instagram e o WhatsApp alcançam um público muito
133 maior do que o site da Prefeitura. O Presidente complementou propondo que a recepção oriente os
134 pacientes durante o atendimento, convidando-os a avaliar o serviço logo após o término, com a
135 mensagem: “Assim que terminar, por gentileza, avalie o serviço pelo QR code.” Essa prática,
136 segundo ele, poderia aumentar a adesão e estimular o feedback imediato, enquanto o paciente
137 ainda se encontra na unidade. A Conselheira Cíntia também contribuiu com a discussão, propondo a
138 realização de um momento de divulgação na sala de espera, que poderia ser conduzido por
139 qualquer profissional da unidade e não tomaria mais de dez minutos. Segundo ela, essa é uma
140 forma simples de envolver a equipe e ampliar o alcance da pesquisa. Ideia aceita pela Sr^a Rosiane.
141 O Presidente informou que a intenção é que os dados obtidos por meio da pesquisa sirvam de
142 subsídio para as reuniões deste colegiado, proporcionando maior clareza sobre a realidade das
143 unidades de saúde. Dessa forma, será possível identificar quais unidades necessitam de maior
144 atenção, possibilitando o planejamento de novas ações. A representante da SEMSA se prontificou a
145 disponibilizar as informações da pesquisa ao Conselho. O Presidente reforçou que o Conselho
146 aguardará a devolutiva da pesquisa e destacou que a proposta central do projeto era que sua
147 elaboração ocorresse em parceria com o Conselho, visando à construção e implementação conjunta
148 das ações. Encerrado este ponto, os representantes da Associação de Moradores da Praia do Saué,
149 Sr^a Sueli dos Reis Abrantes e Sr^o Sérgio Marsalia, apresentaram um ofício destinado à Secretaria
150 Municipal de Saúde, contendo as principais demandas de serviços e reparos necessários na
151 Unidade de Saúde da Praia do Saué, tais como: substituição de lâmpadas, reparo no ar-
152 condicionado, desobstrução de pia, correção de infiltrações, instalação de pia na sala de curativos,
153 entre outros. Na ocasião, a Sr^a Sueli também destacou a ausência de profissionais de odontologia,
154 enfermagem e de estagiário na farmácia da unidade. Em resposta, a representante da SEMSA, Sr^a
155 Rosiane, justificou a ausência dos profissionais e informou que o processo seletivo do ICEPi



156 encontra-se em fase final, ressaltando que novas contratações deverão ser efetivadas em breve.
157 Sobre as reivindicações apresentadas no ofício, comunicou que encaminhará as demandas ao
158 Gerente da pasta para a adoção das providências cabíveis. Por fim, a Conselheira Cíntia agradeceu à
159 Associação de Moradores pela contribuição e pelo empenho na busca de melhorias para a
160 comunidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Fábio Barcelos Pimentel declarou encerrada
161 a reunião às 17h55min. Em razão da ausência da Secretária Executiva Marcia Lombardi, eu, Mariana
162 Togneri Martins, Conselheira de Saúde, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será
163 assinada por mim e pelos conselheiros presentes.

164 Fábio Barcelos Pimentel (Presidente) _____
165 Isis Cruz Meira Quinonez (Gestor) _____
166 Mariana Togneri Martins (Gestor) _____
167 Valci Ribeiro Teodoro (Gestor) _____
168 Silvana Martins Guilherme Araújo (1ª Igreja Assembleia de Deus) _____
169 Enizete Pegoreti Lima Rui (FHMSC) _____
170 Gilda Lino de Amorim (Recanto do Ancião) _____
171 Vicente Penteado Vizioli (CRMV-ES) _____
172 Cintia de Jesus (SINDSAUDE) _____
173 Deivid Simoni Busato (SISMA) _____
174 Vitor Boamorte Silva (SISMA) _____
175 José Gonzaga Devens (Sindicato Rural de Aracruz) _____
176 Márcia Silva Bobbio (Sind. dos Trabalhadores Rurais de Aracruz) _____
177 Rodrigo Veríssimo (SINDICOMERCIARIO) _____

